



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1.188, DE 2024

(Do Sr. Marcos Pollon)

Dispõe sobre a criação do Cadastro Nacional de Invasores de Propriedades Urbanas e Rurais e da outras providências.

DESPACHO:
ÀS COMISSÕES DE
SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (MÉRITO E ART. 54,
RICD)

APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024.

(DO SR. MARCOS POLLON)

Apresentação: 10/04/2024 16:13:54,140 - MESA

PL n.1188/2024

Dispõe sobre a criação do Cadastro Nacional de Invasores de Propriedades Urbanas e Rurais e da outras providências.

O Congresso Nacional decreta

Art. 1º Fica estabelecido o Cadastro Nacional de Invasores de Propriedades Urbanas e Rurais, que deverá conter as informações pessoais dos indivíduos envolvidos em invasões ou ocupações ilegais de propriedades públicas ou privadas.

Parágrafo Único: O Cadastro Nacional de Invasores de Propriedades Urbanas e Rurais de que trata o caput deste artigo deverá conter no mínimo, os seguintes dados:

- a) Nome completo do invasor;
- b) Número do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e documento de identidade (RG) do invasor;
- c) Foto do indivíduo;
- d) Data e local da invasão;
- e) Descrição da propriedade invadida, indicando se pública ou privada;
- f) Endereço completo, se houver.

Art. 2º O registro das informações no Cadastro será de responsabilidade das autoridades competentes, respeitada a Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018, no ato da diligência da invasão da propriedade, pelos agentes de segurança pública que atuarem





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 10/04/2024 16:13:54.140 - MESA

PL n.1188/2024

na ocorrência, juntamente com o Boletim de Ocorrência e com a devida comprovação da identificação de invasores realizado pela autoridade policial.

§ 1º As Guardas Municipais deverão apoiar as operações de cadastramento nos municípios em que houve a invasão ou ocupação.

§ 2º Os dados coletados serão encaminhados ao Ministério Público para as devidas providências.

Art. 3º Os invasores ou ocupantes ilegais terão em seus antecedentes criminais, todos os documentos relativos a essas invasões e boletim de ocorrência registrados juntos ao Cadastro Nacional de Invasores de Propriedades Urbanas e Rurais.

§ 1º Os invasores ou ocupantes de que trata esta Lei ficam inelegíveis para benefícios e programas sociais, sendo certo que se possuírem algum destes, perderão os direitos advindos destes programas ou benefícios.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta legislativa tem o condão de dar luz à Constituição Federal que veda o anonimato (Art. 5º inciso IV) e proíbe a violação de propriedade privada. (Art. 5º inciso XXII), portanto identificando invasores ou ocupantes, a desocupação terá maior celeridade.

O projeto de lei é consubstanciado em razões legítimas e necessárias para a preservação da ordem pública, a proteção dos direitos de propriedade e a garantia da segurança jurídica, mas também na garantia de preservação de direitos de sucessores ou herdeiros para a retomada do imóvel invadido.

No mesmo sentido a criação do Cadastro Nacional de Invasores de Propriedades Urbanas e Rurais tem como objetivo preservar a ordem pública, proteger os direitos de propriedade e garantir a responsabilização daqueles que se envolvem em





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 10/04/2024 16:13:54,140 - MESA

PL n.1188/2024

invasões de propriedades. A identificação precisa dos invasores é fundamental para a aplicação eficaz da lei e a prevenção de reincidência nesse tipo de atividade ilegal.

A criação do Cadastro objeto da proposta legislativa é estabelecer ferramenta eficaz para registrar informações vitais relacionadas às invasões de propriedades. Isso inclui dados pessoais dos invasores, como nome completo e números de CPF e RG, bem como detalhes da invasão, como data e local. Essas informações são cruciais para a identificação e ação legal subsequente dos verdadeiros proprietários. A responsabilidade das autoridades competentes, incluindo órgãos de segurança pública e autoridades judiciais, no registro das informações assegurará que os dados sejam mantidos de maneira adequada e utilizados apenas para os fins previstos na lei.

Por medida de justiça os invasores e ocupantes irregulares não poderão ter benefício ou programas sociais, pois isso causaria injustiça àqueles que usam os programas para melhorar sua situação temporária de vida.

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018 deverá ser observada no momento do preenchimento do cadastro e, desta forma, alertar o invasor ou ocupante ilegal da área invadida.

Por todo o exposto, espera o autor a tramitação regimental e apoio dos nobres colegas na aprovação do Projeto de Lei, que atende aos pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Sala das Sessões em, de abril de 2024

Marcos Pollon
Deputado Federal
PL/MS





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:201808-14:13709
---------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

FIM DO DOCUMENTO
